

Memória e gênero: incursões teóricas sobre a educação de mulheres em cursos “masculinos”

Edileuza de Sarges Almeida
Clarice Nascimento de Melo

Resumo: Este artigo intenciona somar na problematização e na discussão teórica sobre os processos e práticas de educação de mulheres em cursos de graduação considerados historicamente como masculinos. Situa o problema da pesquisa por meio da apresentação do *locus* da pesquisa, da criação e da especificidade dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica do Campus Universitário de Tucuruí da Universidade Federal do Pará. Apresenta a articulação entre o conceito de gênero e o de memória, este último articulado à metodologia da história oral, para discutir sobre as possibilidades do estudo sobre as razões, os modos e os efeitos dos estereótipos de gênero na constituição, no decorrer dos processos formativos, das identidades de mulheres egressas desses cursos.

Palavras-chave: Gênero. Memória. Educação de mulheres.

Memory and gender: theoretical inroads on women's education in "male's" graduation courses

Abstract: This article intends to add on the critical and theoretical discussion about the processes and practices on women's education in graduation courses historically considered as male's. The research problem is situated by presenting the locus of research, the foundation and specificity of the graduation courses: Civil Engineering, Electrical Engineering and Mechanical Engineering in Campus Tucuruí of the Federal University of Pará. Presents the link between the concept of gender and memory, the last one articulated with the oral history methodology to discuss the possibilities of the study about the reasons, the modes and effects of gender stereotypes in the constitution, during the formative processes, of women identities who were in these graduation courses.

Keywords: Gender. Memory. Women's education.

Introdução

É notável a alteração que tem ocorrido nos estudos que contemplam a diversidade da sociedade brasileira. Àqueles que privilegiam um olhar para as classes sociais, os aspectos políticos, em uma abordagem macro, somam os que desejam recortar experiências sociais e históricas de sujeitos dantes desprivilegiados, como os pretos, os indígenas, as pessoas com necessidades especiais e as mulheres, em uma abordagem micro, e histórico-cultural, dando voz às pessoas comuns em suas vivências cotidianas.

Essa alternativa teórica, que se encontra bastante consolidada, é abraçada por nós devido à sua capacidade de dar força à problematização sobre as experiências de mulheres em suas práticas de escolarização/profissionalização.

Chamam-nos a atenção, nesse campo teórico, as discussões relativas à presença de mulheres em cursos de nível superior na área das ciências exatas que, historicamente, são considerados privilegiadamente masculinos e, portanto, estranhos à presença de mulheres. Nessa direção é que trazemos para discussão as experiências de mulheres egressas dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica do Campus Universitário de Tucuruí¹, da Universidade Federal do Pará (UFPA) onde percebemos a presença bastante significativa de graduandas do sexo feminino.

Tratamos da possibilidade das experiências formativas dessas mulheres por meio da problematização da constituição de suas identidades de gênero por meio de suas memórias, de modo que identifiquemos, por meio de suas falas, como as práticas baseadas em estereótipos de gênero foram vividas e os efeitos das mesmas durante a formação acadêmica e profissional de cada uma das mulheres estudadas.

Nessa direção, em um primeiro momento, situamos o problema da pesquisa por meio da apresentação do *locus* da pesquisa, em seguida valemo-nos da articulação entre o conceito de gênero e o de memória, este último articulado à metodologia da história oral, para discutir sobre as possibilidades do estudo sobre as razões, os modos e os efeitos dos estereótipos de gênero na constituição das identidades de mulheres egressas dos cursos objetos de estudo.

¹ Tucuruí é um município localizado no estado do Pará, pertencendo à mesorregião do sudeste paraense. Segundo o Censo do IBGE de 2012, sua população está estimada em 100.615 habitantes, obtendo uma área de 2.086 Km². Foi fundado como colônia portuguesa em 1779 e nele encontra-se a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (BRASIL, 2012).

Situando problema e o *locus* de estudo

Historicamente, na execução das obras da primeira etapa da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a empresa ELETRONORTE ofereceu aos trabalhadores total infraestrutura referente à moradia, saúde, etc. No entanto, com a conclusão desta etapa, houve um grande desemprego e a evasão dos trabalhadores e seus familiares para outros municípios, contribuindo para a redução no número de moradores na vila, sua degradação, falta de segurança, etc. (BRASIL, 2005). Por esta razão muitos empregados da Eletronorte encaminharam-se para outras cidades, principalmente para a capital do estado, Belém, em busca de melhores condições de vida e educação para seus familiares, reduzindo o quadro de funcionários e, com isso, ocasionando problemas administrativos para a empresa.

Para diminuir esse impacto social o Campus Universitário de Tucuruí foi criado em 2005, por meio de um convênio celebrado entre esta instituição e a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte)/Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e a Prefeitura Municipal de Tucuruí². Para que a UFPA, além de contribuir para o desenvolvimento local, também encampasse a formação de profissionais para atuar nessa empresa. Isto para que os sujeitos não tivessem que se dirigir a outros municípios a fim de obterem formação superior, além de formar quadros técnicos especializados para atuar nas áreas em que a empresa necessitasse.

Sendo inicialmente um Núcleo Universitário, ofertou os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. Tornou-se Faculdade de Engenharia no ano de 2007 e dois anos após, por meio da política da Universidade Multicampi, tornou-se Campus Universitário, ofertando além dos cursos iniciais, o de Engenharia Mecânica. Por isso se explica a efetivação dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

² O convênio nº 001/2005 firmado entre as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE e a Universidade Federal do Pará – UFPA, datado no dia 12 de agosto de 2005, objetivava a implantação de Campus Avançado da UFPA na Cidade de Tucuruí-PA, com o intuito de que fosse construída a infraestrutura que viabilizasse a implantação de 3 cursos regulares de graduação em engenharia, tendo como prazo de vigência os anos de 2005-2014. Cabendo à ELETRONORTE a cessão do direito de uso de infraestrutura da empresa (prédios, laboratórios, etc.); casas e alojamentos para docentes e servidores; fornecimento de materiais e equipamentos; manutenção, conservação e vigilância das instalações, custeio do pessoal técnico administrativo; recursos financeiros; entre outros. E à UFPA os aspectos referentes à questão pedagógica, como: elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos; aberturas de concursos públicos para docentes e técnicos; implantar a gestão acadêmica e administrativa do Campus; processos seletivos para o ingresso de alunos/as nos cursos ofertados; entre outras (BRASIL, 2005).

Nesse período houve total apoio por parte da Eletronorte referente à infraestrutura aos docentes, aos/às alunos/as por meio de fornecimento de moradias e bolsas de estudo, prédios para o funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas, pessoal de apoio, laboratórios, equipamentos, serviços de vigilância e etc., estando a UFPA incumbida dos trâmites referentes à questão pedagógica, formativa dos/as graduandos/as que iriam frequentar os cursos acima mencionados (BRASIL, 2005). Como consequência, os/as discentes passaram a usufruir de um curso de graduação que não lhes levaria para a atuação em um mercado de trabalho diversificado, pois o Campus Universitário de Tucuruí foi consolidado com essa especificidade: a de formar profissionais para, prioritariamente, atender às demandas de uma única empresa. Essa característica criou na cidade de Tucuruí uma situação também singular: todas as pessoas que pretendessem obter sua formação profissional em nível superior na sua própria cidade teriam que se restringir a esses cursos.

Apesar dessa oferta generalizante a ambos os sexos, consideramos que ainda se trata de um ambiente predominantemente masculino, desde os processos de aquisição dos conhecimentos até a atuação profissional, demandando a necessidade de se investigar sobre a presença das mulheres nesses cursos, enfatizando os estereótipos que mobilizaram as suas constituições identitárias como engenheiras, e como os mesmos refletem em suas atividades práticas e a sua inserção, ou não, na empresa. Para indicar os caminhos desse estudo, apresento uma leitura sobre a categoria gênero e a memória por meio da história oral.

Um recorte de gênero

A sociedade brasileira tem criado, historicamente, estereótipos que valorizam determinados sujeitos em detrimento dos demais, como: o masculino, heterossexual, branco, católico e etc. No que concerne ao gênero, é inegável a sobreposição da figura masculina sobre a feminina. Estudos sobre mulheres demonstram as diferenças entre essas categorias, enfatizando as claras disparidades existentes em relação ao salário, status, valorização e níveis educacionais divergentes entre homens e mulheres. As pesquisas intituladas “Diferenças de gênero na Pesquisa e Pós-Graduação em Engenharia no Brasil” (CEFET – RJ); “Relações de Gênero em Currículos de Engenharias: Estudo de Caso de Graduações em Mecânica e Elétrica” (CEFET – MG), assim como artigos referentes aos resultados de pesquisas como “Mulheres na engenharia:

transgressões” (UFRJ); “Mulheres no Ensino Superior” (UFBA), e outros que tratam da discussão sobre mulheres demonstram essas diferenças.

Louro (1997) discute as origens do conceito de gênero no Brasil, afirmando que o mesmo está relacionado com a emergência do movimento feminista, em que havia manifestações sobre as discriminações contra as mulheres. Inicialmente, visavam o direito ao voto, sendo esse o objetivo que norteou as ações do que conhecemos como a primeira onda do movimento. Por volta dos anos 1960, além das reivindicações em torno do aspecto político, surgem as discussões acerca das teorias que norteariam o feminismo, resultando na produção de conhecimento, discussões, produções intelectuais que vieram dos ambientes acadêmicos e que reforçaram o que chamamos de segunda onda, e os estudos sobre a mulher no ambiente social.

Dessa maneira, o movimento buscava dar visibilidade às mulheres, já que as mesmas haviam sido ocultadas, segregadas e discriminadas socialmente, sendo necessário trazer a mulher para o exercício das práticas sociais, políticas e intelectuais que estavam sendo desenvolvidas nesse contexto histórico.

Nesse aspecto, há a preocupação com a quebra da restrição aos ambientes públicos para as mulheres, o que já vinha acontecendo na prática, pois conforme Louro (1997, p. 21),

As mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fabricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação.

Por isso, a necessidade de se investigar essas situações, tidas como naturais, em que havia a dominação masculina e as atividades exercidas pelas mulheres estavam colocadas em planos inferiores aos que eram efetivados pelos homens. Portanto, na luta do movimento feminista, nas questões que envolvessem aspectos voltados para a educação e o mercado de trabalho feminino, havia a preocupação com a submissão das mulheres.

Nesse percurso uma preocupação se estabelece: a necessidade de diferenciar sexo e gênero, sendo o primeiro relacionado às características biológicas, ao determinismo das funções maturacionais relacionadas ao corpo, enquanto que o segundo atua como uma ferramenta analítica, como uma construção social, histórica e política, já que foi um elemento de luta e reivindicação contra as discriminações.

Desse modo, gênero, conforme Louro (1997) e Scott (1995), é uma construção social baseada nas diferenças e relações de poder entre o sexo masculino e feminino. Segundo Scott (1995), gênero é tido não somente como um elemento biológico que busca definir homens e mulheres, mas sim uma categoria de análise construída historicamente por meio das diferenças existentes entre os sujeitos e que também está permeada por relações de poder³, que interferem na afirmação das identidades dos indivíduos.

Há, ainda, a ideia de que a categoria gênero deva ser tratada a partir de uma linha plural que venha focar tal categoria não mais dentro de aspectos biológicos onde é vislumbrada a superioridade masculina. Há a intenção ainda de ruptura desse pensamento, uma vez que os indivíduos constituintes da visão dicotômica são homens e mulheres que pertencem a classes, etnias, religiões, etc. diversas, com isso não se pode pensar em um único ser como sendo superior ao outro.

Nesse sentido, gênero se apresenta como uma ferramenta adequada para investigar a presença de mulheres em ambientes historicamente vistos como pertencentes ao fazer masculino. Seja nos processos educativos desenvolvidos no interior de cursos das ciências exatas, como no exercício profissional resultantes desses processos de escolarização, há a construção de estereótipos que influenciam na constituição das identidades como alunas e profissionais que apresentam relevância e por isso merecem atenção de estudos e pesquisas.

História oral na busca da memória histórica de mulheres

A oralidade é uma dimensão da memória histórica que vem ganhando espaço nos ambientes de pesquisa, isso por que nos direcionamos para uma fonte de conhecimento que não se restringe ao que já pode ser encontrado nos documentos, mas sim que tem o relato, os depoimentos, a fala como uma ferramenta de investigação que contribui significativamente para discussões sobre diversos temas e, principalmente para a valorização de sujeitos que estão à mercê na história oficial.

Neste sentido, a memória é muito significativa para a apreensão dos valores que possuem os sujeitos como indivíduos sociais, e também educacionais, pois por meio dela é possível que os

³ Segundo Foucault (1987), o poder é entendido não como uma instância fixa, imutável, mas sim algo disseminado que está presente nas relações sociais, entre os sujeitos, por isso, é dinâmico, instável e relacional.

mesmos revivam suas experiências e vivências cotidianas, com o intuito de que possam perceber essas informações como fonte de conhecimento para serem realmente utilizados no cotidiano social.

Especificamente, nesse estudo sobre memórias de egressas dos cursos de engenharia, temos a relevância do ato de obter lembranças sobre seus processos de formações educacionais e profissionais, de modo que percebamos, por meio da fala, quais as experiências vivenciadas no decorrer de suas formações acadêmicas e profissionais, para que assim, tenhamos condições de verificar como as identidades das mulheres estudadas foram influenciadas por práticas desempenhadas no interior de cursos, historicamente, considerados masculinos.

Nesta perspectiva Bosi (1994), no livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, discute a memória como sendo algo que a cada evocação é reconstruído, refeito e repensado, não é a evidência pura de como o fato aconteceu, mas é uma nova configuração das experiências vividas, por isso ela ressalta que “a memória não é sonho, é trabalho”, trabalho esse que se realiza continuamente, mas não modifica totalmente os fatos, sim alguns fatores, haja vista que trechos são adicionados ou simplesmente esquecidos nos relatos.

Outra importância é destacada por Souza (1999), que comenta sobre os conhecimentos obtidos no decorrer dos tempos e que necessitam de pesquisas, estudos, para não se perderem:

Relembrar o passado é uma ocorrência natural da vida de cada um que parece se acentuar à medida que envelhecemos. Com o passar dos anos, as pessoas vão registrando na memória fatos de toda natureza, o que constitui um verdadeiro patrimônio de informações e de valores culturais que, se não for registrado, será perdido, causando grande prejuízo às novas gerações (p. 104).

Desta maneira, a memória assume um relevante papel no meio social que sem a mesma não seria possível o acesso a conhecimentos fundamentais para o progresso social. É preciso compreender que as futuras gerações necessitam de informações e experiências passadas, sem as quais, poderão até dominar a tecnologia, mas muito raramente conseguirão perceber o real significado de culturas e tradições passadas.

Ao falar em memória, é necessário perceber o porquê de que certos fatos não são evocados, enquanto outros são. De acordo com Thompson (1992), esse processo ocorre devido à percepção, à capacidade que os sujeitos apresentam em ordenar os acontecimentos considerados “marcantes” e que mais tarde poderão ser lembradas através dos relatos.

A memória se utiliza de fatos que realmente passaram pelo processo de compreensão e ordenamento no interior da mente dos sujeitos, pois o aprendizado, as experiências necessitam percorrer esse caminho que envolve a percepção de fatos e situações consideradas relevantes e significativas para a vida dos sujeitos que estarão por muito tempo “acesas” em suas memórias e lembradas a cada evocação.

Nesse sentido, considera-se que a transmissão de conhecimentos também é uma das funções da memória, que ao reviver situações os sujeitos possam compreender que as mesmas são importantes para os processos históricos, social, político, educacional, que aconteceram cotidianamente e que no presente podem ser transmitidas a outras pessoas.

Verifica-se que a relação entre o passado e o presente é envolvida pelo processo de construção e reconstrução em que, pelas evocações, os sujeitos vão modificando e também se modificam a si mesmos. Nesse caso, percebe-se a influência do tempo como um dos responsáveis pela transformação que atingem os fatos, os quais muito raramente serão relatados de fato como ocorreram, mas que adquirem sentidos nos momentos de relatos e por isso tornam-se relevantes.

Desse modo, considera-se que o ato de lembrar, trabalhar com memória, é revestido de influências externas ao presente. No entanto, considera-se ainda que ela também seja muito pessoal, cada sujeito deposita em sua memória fatos que percebe como importantes e os transmitem como sendo algo que sua mente considera apropriado e significativo no seu presente. Há a intrínseca relação entre o passado, presente e futuro, quando nos fatos vividos o sujeito seleciona-os e oferece a oportunidade de que os mesmos possam ser utilizados de alguma forma para a dinâmica social, em momentos posteriores aos dos relatos.

Em relação a este aspecto, Santos (2005) comenta que a tendência da memória é:

Visualizar aquilo que deu certo e esquecer as derrotas. Tendo como base a cultura dos indivíduos, são estabelecidos os filtros para definir aquilo que se precisa escolher para ser esquecido ou lembrado da vida pessoal. Na memória [...], construída e geralmente conflituosa, se estará sempre fazendo escolhas, não se será neutro jamais (p. 164).

O ato de lembrar certas vivências e esquecer outras faz parte de um contexto de relações mais amplas, que também englobam questões políticas, sociais, religiosas, econômicas e até mesmo de poder, onde ressaltam que é quase impossível verificar a neutralidade, ausência dessas relações nos relatos. Sempre o sujeito assume uma posição, que pode ser modificada, mas que não estará ausente nos seus relatos.

Bosi (1994) ressalta que “A lembrança pura, quando se atualiza na imagem-lembrança, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via de memória” (p. 49).

Na memória, há a possibilidade de lembrarmos momentos únicos, sofridos, ou não, que não estão registrados nos livros de histórias oficiais, que em muitas vezes só falam das histórias dos sujeitos importantes, deixando à mercê, as experiências e conhecimentos daqueles/as que realmente batalharam e contribuíram para a dinâmica social de forma significativa.

Assim como a memória pode oferecer aos ouvintes momentos de aprendizado ela também permite saber que “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança” (THOMPSON, 1992, p. 208) onde a pessoa detentora da memória também se auto avalia, se valoriza e pode até mesmo aumentar a sua autoestima, o que é fundamental para a sua vivência nesse meio social.

Com a oralidade, os estudos historiográficos apresentam uma metodologia que enfatiza a memória, os relatos, depoimentos, que é a história oral. Portelli ressalta que a “história oral é uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado, oral indica um meio de expressão” (PORTELLI, 2001, p. 10). Há o surgimento de uma metodologia de pesquisa em que os sujeitos podem expressar, discursar, enfatizar as lembranças que possuem de um determinado momento histórico.

Num momento em que a escrita e os documentos têm grande valorização nos ambientes de pesquisa, a história oral surge como uma fonte que desmistifica essa centralidade e apresenta-nos uma nova forma para compreendermos aspectos vinculados aos estudos que não estão documentados nos arquivos oficiais.

Thompson (1992, p. 22) ressalta que “A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que ela seja utilizada”, isso porque, ao surgir como uma nova metodologia, a história oral assume aspecto de valorização de memórias, experiências de sujeitos que não estavam explicitados nos manuais da história oficial.

Desse modo, já não se busca apenas a apresentação das histórias de vida de grandes líderes, políticos, etc., mas sim das pessoas comuns, que viveram as transformações sociais,

históricas e, por isso, possuem muito a ensinar aos demais sujeitos, por meio de seus relatos. Thompson (1992) afirma que são testemunhas da história também as pessoas das classes subalternas, os desprivilegiados e os “derrotados”, contribuindo para que se obtenha uma reconstrução do passado mais realista e imparcial, tendo, a história oral, um papel fundamental para essa reconstrução.

Então, com a história oral há a possibilidade de fazer com que a educação ultrapasse os ambientes institucionais para a realidade social, havendo um benefício mútuo, pois tanto o meio acadêmico como os sujeitos poderiam obter mudanças em suas dinâmicas educacionais e no caso dos entrevistados teriam suas identidades, sua autoestima valorizadas.

Thompson conceitua essa metodologia como:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato - e, pois, a compreensão - entre as classes sociais e entre gerações. [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história (1992, p. 44).

Assim, com o surgimento da história oral não se almeja apenas a neutralidade do positivismo, a valorização das evidências, censos, aspectos quantitativos, há a crítica aos documentos oficiais, que já não são mais vistos como “inocentes” e detentores de verdade únicas e inquestionáveis.

Além disso, percebemos que a história oral atua como uma metodologia que busca realizar uma ruptura na visão de que a história oficial é totalizante, ressaltando que há diversos aspectos que não são contemplados, já que nenhuma abordagem de pesquisa consegue abordar todos esses elementos.

Na história oral vemos a emergência do que é considerado como “cultura popular”, mas além do sentido pejorativo, discriminador, o “popular” passa a ser valorizado, os sujeitos ganham ênfase, haja vista que também influenciaram na constituição da sociedade. Isso é discutido por Montenegro (1994) sobre a história escrita e a cultura popular, ressaltando que na primeira há aspectos relacionados à elite, aos conhecimentos das classes dominantes. Enquanto que as

informações sobre a cultura popular como objeto de estudo é recente, e é obtido por meio do resgate da memória, oralidade de idosos.

Nesse aspecto, a cultura popular ganha ênfase como uma contraposição à cultura elitista, e os sujeitos que a constituíram são tidos como fundamentais para a difusão dos conhecimentos que não são considerados oficiais, “verdadeiros”, por meio da oralidade. Sendo assim, a história oral ganha relevância, pois “[...] tem possibilitado o resgate de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes. Nesse sentido, as entrevistas permitem instituir um novo campo documental que, muitas vezes, tem-se perdido com o falecimento dos seus narradores” (MONTENEGRO, 1994, p. 26-27).

Com a oralidade, a fala ganha importância, como integrante das instituições que socializam os sujeitos, servindo como condicionante para a inclusão no meio social, por isso, é instrumento de luta, de inserção e inclusão em outras realidades, como é vislumbrado em relatos que pessoas consideradas das classes inferiores.

É importante ressaltar que documentos não escritos, relacionados com a tradição oral, entrevistas, relatos, experiências, e outros não foram considerados como fontes de conhecimentos pelos pesquisadores positivistas. Mas, posteriormente, passou-se a considerar não somente os documentos, os acontecimentos finais, as consequências, mas sim as relações, os fatos como um todo, as práticas, para que se desnaturalizassem e percebessem realmente o que acontecia nos fatos históricos. Nesse aspecto, por meio da história oral, a historicidade dos acontecimentos é vista, não apenas por meio dos conhecimentos oficiais, já que:

[...] considera que a história abrange a todos – e que todas as experiências individuais são, por isso, históricas. Assim, prestigia os sujeitos – qualquer sujeito, tão significativo quanto outro, dentro de seu grupo, como agente histórico. Em nenhuma comunidade de destino há indivíduos mais importantes ou emblemáticos que outros (SANTHIAGO, 2008, p. 36).

Isso quer dizer que a história oral busca essa valorização, a relevância dos sujeitos e dos fatos que não estão postos nos documentos oficiais, no que foi constituído como “verdadeiro” pelas “grandes personalidades”, mas sim têm como fonte os sujeitos, as culturas, as experiências de pessoas que participaram da constituição dos ambientes sociais.

Com essa força, a história da educação de mulheres tem sido visitada com mais frequência nos últimos anos por meio da história oral. No Brasil, essa opção metodológica é discutida a partir dos movimentos sociais e políticos desenvolvidos no final dos anos 1960,

tencionando o resgate de uma história considerada oculta, já que oficialmente a história das mulheres era enfatizada, pois eram excluídas nos documentos escritos que até então eram considerados as únicas fontes válidas de conhecimento.

A discussão em torno dos modelos educacionais, sociais, a divisão entre o público e privado, o lugar da mulher no ambiente social ganha espaço, ampliando a produção de conhecimentos relevantes para os estudos sobre essa temática. Sobre essas contribuições, Salvatici (2005, p. 32) enfatiza que “O crescimento e a expansão subsequentes da pesquisa produziram um aparato crítico mais complexo, que levantou questões teóricas sobre memória, significado e representação numa perspectiva de gênero, e acabou complicando a relação entre a história de mulheres e a história oral”.

A história oral assume a postura de ativismo social, com a intenção de fazer com que grupos discriminados tenham ênfase, sejam postos em discussão, tenham seus conhecimentos valorizados. No caso específico das mulheres, tem-se a oportunidade de se indagar sobre as influências de gênero na manutenção da memória coletiva, qual o papel da divisão de gênero, de quem seriam os depoimentos que obtêm lugar no cenário público, sendo essas algumas das preocupações da década de 80 que influenciaram os estudos sobre a história das mulheres.

Garcia menciona a invisibilidade e a relevância de estudos sobre a mulher, pois,

É como se a mulher não tivesse vida própria, mas referida a outras pessoas, um *Self*. Negado. Elas são apresentadas ou como desviantes do papel cultural ou, um suplemento da história masculina. Estas especificidades tornam a experiência feminina única. A vida da mulher é referida a outros, prisioneira do seu gênero, sempre vivendo sob ameaça de degradação, trivialização e descrença por ser mulher (GARCIA, 2004, p. 6).

Nesse sentido, tem-se um campo de conhecimento que busca dar visibilidade as mulheres, em suas vidas, seus valores, conhecimentos, atuando como sujeitos históricos, que vivenciam, influenciam e são capazes de determinar mudanças significativas no meio social do qual fazem parte.

Portanto, os ambientes que possuem a presença feminina passam a ser discutidos, sejam os relacionados à política, à saúde, mais principalmente ao mercado de trabalho e à educação, obtendo aí muitas contribuições relevantes para pesquisas e constituição de conhecimentos relacionados às vivências femininas que a história oficial não contemplava.

No que concerne aos ambientes educacionais e mesmo ao processo de escolarização feminina, vemos que historicamente as mulheres deveriam estar direcionadas aos ambientes

privados de seus lares e ser preparadas para exercer, futuramente, as funções de esposas e mães, o que não necessitava de educação formal que as preparassem para o mercado de trabalho, mas sim para desenvolver essas funções, por isso a presença de disciplinas voltadas para a puericultura, atividades do lar e outras.

No entanto, com as mudanças sociais ocasionadas pelo processo de industrialização, o que resulta na saída dos homens do exercício do magistério, as mulheres passam a atuar nesses ambientes da docência, trabalhando na formação de crianças, por possuírem características como o afeto, carinho, cuidado e demais adjetivos que o ato de ensinar necessitava.

Mas as transformações sociais do início do século XXI influenciaram na educação das mulheres, que passaram a dedicar mais tempo ao seu processo de aprendizagem e também à sua inserção em áreas até então consideradas masculinas, como o direito, medicina, contabilidade, engenharia e outras relacionadas às ciências exatas.

No que concerne à presença das mulheres no ensino superior, é evidente que nos últimos anos há um crescimento significativo sobre a presença das mesmas nos ambientes universitários⁴. No entanto, nos cursos de ciências exatas, além da inserção feminina, é preciso saber como são constituídas as identidades das mulheres no nível acadêmico e profissional.

A presença de mulheres em cursos de engenharia é evidente, no entanto verifica-se que há discriminações, brincadeiras machistas e outras atitudes que reforçam a visão de que elas estão “no lugar errado”, são tidas como “intrusas” sem que haja uma discussão em torno dessas ações, que são percebidas como naturais.

Isso porque, historicamente, as mulheres foram educadas para ocupar espaços em que as características ditas femininas, como o afeto, o carinho, a compreensão, fossem desenvolvidas. As mesmas vieram ao longo do tempo ocupando funções relacionadas a essas características,

⁴ Segundo o INEP (2013) em relação aos cursos de graduação de 2011, são do sexo feminino: 56,9% das matrículas, 55,8% dos ingressos e 61,1% dos concluintes.

Segundo o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2012), as matrículas de mulheres foram maiores nos cursos: “Serviços de Beleza (97,2%), Ciências da Educação (92,3%), Secretariado e Trabalhos de Escritório (91,2%), Serviço Social e Orientação (91%), Ciências Domésticas (89,4%), Terapia e Reabilitação (84,5%), Enfermagem e Atenção Primária (84,4%), Psicologia (81,1%), Biologia e Bioquímica (71,5%) e Farmácia (71,3%). Conforme o INEP os cursos que possuem matrícula cuja maioria são homens são: Engenharia Mecânica e Metalurgia (trabalhos com metais – 90,7%), Proteção de Pessoas e de Propriedades (89,3%), Setor Militar e de Defesa (88,5%), Eletrônica e Automação (88,5%), Eletricidade e Energia (87,1%), Ciência da Computação (85,4%), Veículo a Motor, Construção Naval e Aeronáutica (85,2%), Processamento de Informação (82,5%) e Transportes e Serviços (cursos gerais – 80,5%).

como o magistério, a saúde e outros. Já as engenharistas, onde o que predomina é o desenvolvimento do cálculo, pensamento racional, são consideradas como um campo masculino, existindo preconceitos e discriminações às mulheres que escolheram essa profissão.

O tema passa a ser discutido, pois, estando presentes em áreas diversas das que a sociedade considera como não sendo o lugar para mulheres, há uma série de preconceitos e discriminações que consideram esses lugares como *masculinos* “[...] justamente porque a ciência pretensamente neutra não tolera um sujeito do conhecimento situado social e historicamente. Sendo androcêntrica, valorizará categorias historicamente relacionadas a quem por mais tempo esteve no poder, ou seja, os homens” (CABRAL; OLIVEIRA, 2011, p. 4).

Isso nos permite dizer que mesmo com as modificações no meio social, a inserção da mulher ainda é ignorada pelos homens, ou não valorizada, pois esses ambientes historicamente são caracterizados pela presença masculina, como no campo das ciências exatas. As mulheres que adentram esses espaços são tidas como “estranhas”. E aí além de dedicarem-se à aquisição dos conhecimentos científicos, necessitam ainda reverter uma série de preconceitos que demonstram o seu “não-pertencimento” nesses ambientes.

Nesta direção, parece que para as “transgressoras” há uma necessidade maior de tentar demonstrar legitimidade no campo e isto não se faz admitindo a ajuda de outrem, enquanto que os alunos não precisam “provar” que são bons, exatamente porque a engenharia já é considerada como um campo deles (TEBET, 2008, p. 3).

Nos cursos de engenharia há uma intensa manifestação e valorização da cultura masculina ou da masculinidade hegemônica como o domínio do cálculo e do pensamento racional, o que durante muito tempo não foi direcionamento para os ensinamentos femininos, pois a mulher não era preparada para isso, sim para tornarem-se boas donas de casa, serem gentis, emotivas, o que era trabalhado nos cursos das ciências humanas (CONNELL, 1995).

Já em Lombardi (2006) percebemos que a presença das mulheres na engenharia, remete-nos a uma preocupação de como elas são vistas no interior desses cursos pelos homens e como reagem. Além disso, sabemos que a conclusão do curso não remete ao fim dos preconceitos, haja vista que após isso a tendência é serem inseridas nos ambientes de trabalhos pautados na concorrência.

Isso requer a emergência de estudos nessa temática com o intuito de que as mulheres e homens percebam as relações entre cultura e política de gênero em nossa sociedade, pois é

notório que elas compreendem um grande percentual da população economicamente ativa, mas isso não reflete a sua valorização e respeito como mulher, devendo, em muitos casos, se sobressair em suas funções para que alcance o reconhecimento. Teixeira (2001, p. 348) afirma que:

[...] atribui-se à mulher, além de atividades repetitivas e rotineiras, consideradas adequadas às qualificações femininas, características e comportamentos presentes no cotidiano doméstico. Sendo assim, a mulher, ao se inserir no mercado de trabalho, vive uma situação extremamente paradoxal e desgastante no sentido em que, no ambiente de trabalho, precisa adotar uma postura profissional, o que quase sempre significa ‘ocultar’ sua identidade feminina para incorporar posturas características do homem profissional, a fim de comprovar a todo instante que merece o cargo, ao mesmo tempo em que é obrigada a se submeter às representações gerenciais e mesmo dos colegas de trabalho, que remetem às imagens da mulher/mãe ou dona de casa.

Desse modo, poderíamos mencionar que a inserção das mulheres em cursos tidos como “masculinos” evidencia-se por questões sociais e financeiras, pois as áreas “maternais” como a docência possui retrospectos de baixos salários, o que, por exemplo, não é recorrente nos cursos de medicina, ou engenharia. Isso porque, conforme a divisão do trabalho, há a desvalorização das atividades consideradas inferiores, como o trabalho doméstico, sendo que os locais onde se exige uma “qualificação maior” está sendo vinculado ao exercício de homens, haja visto que os mesmos detêm esses conhecimentos.

Considerações finais

Os estudos sobre as mulheres, com a apropriação do conceito de gênero com a história oral, apresentam relevância para os aspectos sociais. Percebemos que há a necessidade de que essa temática seja abordada, discutida, a fim de que as atitudes consideradas “naturais”, neutras, sejam questionadas, com o intuito de que as mulheres sejam vistas como sujeitos que contribuem significativamente para a constituição da sociedade.

Por meio da história oral, é oportunizada a obtenção de falas, relatos, depoimentos de sujeitos que estão a mercê do que é visto na história oficial. É uma metodologia que contribui para resgate de memórias, contribuindo para a auto estima dos/as depoentes, a emergência de novos conhecimentos, experiências obtidas das vivências dos indivíduos e que nos possibilitam novas visões, situações, fontes de conhecimento que enriquecem os estudos e pesquisas que

temos nos ambientes acadêmicos e que, principalmente, fazem a “ponte” entre o meio intelectual com o “popular”, o social.

No que se refere aos estudos relacionados à presença das mulheres em cursos de engenharia, a categoria gênero é relevante, pois possibilita a discussão em torno da participação, da visibilidade e das identidades que são assumidas por essas pessoas, seja nos ambientes acadêmicos como nos profissionais. Tendo a possibilidade de que as mesmas falem, expressem o que foi vivido, as suas experiências e o que foi internalizado durante as suas formações nesses ambientes que, historicamente, é visto como masculino.

Esse estudo quer problematizar os estereótipos e práticas que mostrem aspectos ligados à constituição da identidade de gênero em relação à inserção de mulheres no interior desses cursos no Campus Universitário de Tucuruí.

Temos ainda a discussão em torno do mercado de trabalho onde, por meio de atitudes consideradas “naturais” e neutras, as mulheres são percebidas como “intrusas” por estarem em um local considerado historicamente masculino. Além disso, percebemos que mesmo obtendo a mesma formação dos homens, as egressas, quando no exercício da profissão, são alvo de preconceitos e discriminações em relação ao gênero.

Pelo exposto, podemos afirmar que essa temática apresenta contribui com o desenvolvimento de estudos, pesquisas, discussões para que a mulher possa ser vista como sujeito que constitui saberes, constrói relações e, principalmente, que interfere na constituição de conhecimentos ligados à ciência e também à política, ao social e educacional.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BRASIL. **Convênio nº 001**, de 12 de agosto de 2005. Convênio firmado entre as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE e a Universidade Federal do Pará – UFPA. Mimeografado.

BRASIL. MEC. **Censo da Educação Superior, 2012**. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14153-coletiva-censo-superior-2012&Itemid=30192>. Acesso em: 1 dez. 2016.

CABRAL, Carla Giovana; OLIVEIRA, Angélica Genuíno de. **Igualdade de gênero em ciência e tecnologia como indicador para um desenvolvimento social**. 2011. Disponível em: <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt021-igualdadede.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2014.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

Quaestio, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 11-28, abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, Loreley. Era uma vez... o uso da história oral nos estudos de gênero. **Mneme - Revista Virtual de Humanidades**, n. 11, v. 5, jul./set. 2004. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da educação superior: 2011** – resumo técnico. Brasília: INEP, 2013.

LOMBARDI, Maria Rosa. A engenharia brasileira contemporânea e a contribuição das mulheres nas mudanças recentes do campo profissional. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n. 2, p. 109-131, 1º semestre de 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 9-41, set. 2001.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114&path%5B%5D=109>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, n. 18, p.33-46, jan./jun. 2008.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. Projeto: memória, história de vida e identidade: a educação não-formal no MST. **Margens - Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa-CUBT/UFPA**, Natal, v. 2, n. 3, p. 157-167, jun. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análises histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

SOUZA, Elza Maria de. Reminiscências: as lembranças como patrimônio social. **Revista Humanidades: terceira idade**, Natal, v. 46, p. 103-109, out. 1999.

TEBET, Mani. Mulheres na engenharia: transgressões? **Fazendo Gênero 8** – Corpo, violência e poder, Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST38/Mani_Tebet_38.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2014.

TEIXEIRA, Alessandra Luisa. Trabalho feminino e reestruturação produtiva: formas reconfiguradas de exploração ou novos horizontes de emancipação? In: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. (Org). **Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações**. Belo Horizonte: Autêntica/CEPEAD/FACE/UFMG, 2001. p. 345-358.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- 28 ALMEIDA, Edileuza de Sarges; MELO, Clarice Nascimento de. Memória e gênero: incursões teóricas sobre a educação de mulheres em cursos “masculinos”.

Edileuza de Sarges Almeida - Universidade Federal do Pará. Belém
| PA | Brasil. Contato: mnclarice@gmail.com

Clarice Nascimento de Melo - Universidade Federal do Pará.
Belém | PA | Brasil. Contato: mnclarice@gmail.com

Artigo recebido em: 10 jan. 2015 e
aprovado em: 3 ago. 2016.